



Art. 8º. Quando da entrega dos bens sorteados, o ganhador deverá ter o carnê quitado em seu nome ou procuração reconhecida firma no Tabelião de Notas que autorize sua retirada antecipada em nome de terceiro.

Parágrafo Único. Aplica-se o que couber o contido neste artigo, o contido no caput do art. 7º e 8º da Lei Municipal nº. 2608/2016.

Art. 9º. É parte integrante deste Decreto, o Anexo relativo ao Regulamento da Campanha Fiscal em comento.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 20 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito

HISSASHI UMEZU

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ

Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ

Procuradora Geral do Município

ANEXO

Regulamento da Campanha Jaguariáiva em Recuperação Fiscal

A promoção denominada JAGUARIAÍVA EM RECUPERAÇÃO FISCAL tem como objetivo incentivar a população de JAGUARIAÍVA a pagar em dia o IPTU, além disso, incentiva a solicitação pela população de emissão da nota fiscal do ISSQN, no valor igual ou superior a 50% da Unidade Fiscal do Município, sendo que este também terá direito a um cupom. O pagamento do IPTU poderá ser realizado através da seguinte forma: em cota única ou parcelada. Essa promoção será válida até 22 de dezembro de 2017, para todas as pessoas físicas e jurídicas proprietárias de áreas territoriais e/ou prediais desde que estejam regularizadas e sem débitos com o Município até 28 de novembro de 2017. Caso a área esteja em nome de terceiro, o contribuinte deverá comprovar a compra da mesma através de contrato de compra e venda ou Escritura Pública. Serão distribuídos os prêmios de acordo com art. 2º desta Lei. Os prêmios serão sorteados no dia 22 de dezembro de 2017 em praça pública junto com as festividades do “Natal para Todos”. Os prêmios serão divididos em categorias. O sorteio será realizado da seguinte forma: primeira categoria, objeto constante no inciso I do art. 2º desta Lei (veículo automotor), segunda categoria, o objeto constante no inciso II do art. 2º desta Lei (motocicleta), terceira categoria, objeto constante no inciso III do art. 2º (televisor), quarta categoria, objeto constante no inciso IV do art. 2º (televisor), quinta categoria, objeto constante no inciso V do art. 2º (televisor), sexta categoria, objeto constante no inciso VI do art. 2º (televisor) e sétima categoria, objeto constante no inciso VII do art. 2º (televisor). **Resolva-se que o mesmo contribuinte não poderá ganhar mais de um prêmio por categoria.** Serão considerados para fins de sorteio todos os pagamentos efetuados em dia. O pagamento realizado em quota única dará direito ao contribuinte a 04 (quatro) cupons e os pagamentos que forem efetuados de forma parcelada, dará direito 01 (hum) cupom. A cada nota fiscal do ISSQN no valor igual ou superior a 50% da Unidade Fiscal do Município (R\$ 51,86), solicitada no comércio local, dará direito a um cupom. As notas fiscais deverão ser apresentadas no Departamento de Tributação para serem trocadas por cupons. Os cupons deverão ser preenchidos com todos os dados pessoais do contribuinte nome completos, endereço (inclusive CEP); telefone CIRG e CPF/MF. A inscrição cadastrará será condicionada no cupom. Os cupons deverão ser depositados na urna na sede da Prefeitura. Os prêmios serão entregues aos contemplados no dia do sorteio ou estes terão o prazo de 30 dias contados da data da publicação do resultado, para retirá-los na sede da Prefeitura Municipal de Jaguariáiva. Fica vedada a participação do Prefeito Municipal, Vereadores e Secretários Municipais e respectivos parentes até o 1º grau na presente campanha. Os participantes desde já autorizam a Prefeitura Municipal de Jaguariáiva a divulgar o uso de seus nomes, imagem som e voz, até um ano após o encerramento da promoção, seja em mídia impressa eletrônica ou qualquer outro material publicitário sem ônus. A participação nesta promoção implicará na aceitação total e irrestrita de todas as cláusulas contida neste regulamento, sendo que eventuais dúvidas serão dirimidas pela Procuradoria Municipal de Jaguariáiva e posteriormente, submetidas à Secretaria Municipal de Finanças. Uma cópia do regulamento desta campanha permanecerá no Departamento de Tributação para consulta. Esta promoção é autorizada de acordo com que dispõe o art. 20 do Decreto nº 70.951, de 09 de agosto de 1972 que regulamenta a Lei Federal nº 5.768 de 20 de dezembro de 1971. Este regulamento encontra-se registrado no Cartório de Título e Documento de Jaguariáiva. Fica eleito o foro de Jaguariáiva como o competente para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste regulamento.

Paço Municipal, 20 de junho de 2016.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito

DECRETO n.º 552/2017

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XIV da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº. 1922/2009 e Lei Municipal nº. 2155/2010, e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 6882/2017,

DECRETA

Artigo 1º. Fica instituído o Regime de “Plantão Eventual” e de “Sobrevivo a Distância” para a categoria profissional de médicos integrantes da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, com cargo em provimento efetivo, sob o regime estatutário, em complemento às suas remunerações, estendendo-se também aos médicos contratados sob regime de credenciamento.

§1º. Entende-se como “Plantão Eventual” aquele em que o servidor público municipal – médico, permaneceu de prontidão por período não inferior a 12 (doze) horas, no Hospital Carolina Lupion, percebendo remuneração pela hora de prontidão, efetivamente trabalhada no valor de:

I. R\$ 104,64 (cento e quatro reais e sessenta e quatro centavos) de segunda-feira a sexta-feira,
II. R\$ 119,46 (cento e dezenove reais e quarenta e seis centavos) de sexta-feira à noite, sábados, domingos e feriados.

§2º. Entende-se como “Sobrevivo a Distância”, a atividade do Médico que permanece à disposição do Hospital Carolina Lupion, de forma não presencial, cumprindo jornada de trabalho pre-estabelecida, para ser requisitado, quando necessário, por qualquer meio ágil de comunicação, devendo ter condições de atendimento presencial, percebendo remuneração de R\$ 37,65 (trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos), pela hora de sobrevivo efetivamente cumprida.

§3º. Em qualquer das hipóteses: “Plantão Eventual” e “Sobrevivo a Distância”, e desde que efetivamente convocado, receberá o médico, remuneração pelo atendimento prestado, com base na Tabela de Autorização de Internação Hospitalar - AIH, vedada a transferência da mesma aos médicos municipais (Acórdão nº. 1807/07 – Pleno Tribunal de Contas do Estado do Paraná – Revista nº. 163 – Processo nº. 512950/07 – págs. 50 a 52).

Artigo 2º. É vedado:

I. o “Plantão Eventual” em prejuízo do descanso semanal remunerado;
II. a escala de um mesmo profissional médico em mais de 02 (dois) “Plantões Eventuais” por semana.

Artigo 3º. Farão jus aos direitos mencionados neste Decreto, os profissionais médicos que exerçam suas atividades na Rede Municipal de Saúde (inclusive nos Programas de Saúde da Família – ESF) que atendam integralmente as seguintes condições:

I. não tenham falta injustificada no mês de referência;
II. não tenha sofrido qualquer penalidade disciplinar;
III. tenham cumprido integralmente a carga horária de trabalho no mês de referência;
IV. não esteja em gozo de férias ou licença de qualquer espécie;
V. cumpra as metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS.

Parágrafo Único. Não serão devidos os direitos previstos, nos períodos de férias ou licenças de qualquer natureza e não integrará ou será incorporado ao vencimento para qualquer efeito, para pagamento de 13º salário e indenizações.

Artigo 4º. Para efeito deste Decreto, consideram-se “Sobrevivo a Distância”, os períodos compreendidos entre os horários, em que não haja atendimento presencial do serviço.

Artigo 5º. A prestação de serviço sob regime deste Decreto obedecerá escala semanal previamente organizada, sempre com amplo e necessário conhecimento dos servidores médicos envolvidos e serão afixadas em Quadro de Aviso em locais de acesso direto do público.

Parágrafo Único. A escala deverá ser assinada pelos plantonistas, que se responsabilizarão por substituir eventuais faltas.

Artigo 6º. Durante os períodos em que estiver em regime de “Sobrevivo a Distância”, o médico permanecerá em alerta e ficará comprometido com o atendimento dos pacientes e a solução das ocorrências médicas de sua especialidade que chegarem a seu conhecimento, atendendo-as em um tempo máximo, de até 30min. (trinta minutos), sob pena de perda integral da remuneração competente.

Artigo 7º. O servidor médico deverá cumprir a jornada diária de trabalho a que estiver sujeito em razão do cargo de provimento efetivo que ocupa, independentemente da prestação de serviços de “Plantão Eventual” ou de “Sobrevivo a Distância”, os quais poderão ser prestados após as respectivas jornadas.

Parágrafo Único. As atividades de plantão não poderão superar 24h (vinte e quatro horas) por semana.

Artigo 8º. As horas normais de trabalho, não poderão ser computadas para efeito de “Sobrevivo a Distância” ou “Plantão Eventual”, proibida a acumulação remuneratória.

Artigo 9º. O servidor escalado para cumprir “Sobrevivo a Distância” deverá atender prontamente ao chamado do Hospital ou Unidade de Saúde e, durante o período de espera, não praticar atividades que o impeçam de comparecer ao serviço ou retardar seu comparecimento, quando convocado.

Artigo 10. A remuneração aqui estabelecida não será devida no caso de pagamento de adicional pela pretensão de serviço extraordinário ou adicional noturno referente à mesma hora de trabalho.

Artigo 11. As disposições previstas neste Decreto aplicam-se no que lhes couber, também a médicos credenciados que permaneçam de “Plantão Eventual” ou de “Sobrevivo a Distância”, mas que, não integrantes do Quadro de Funcionários da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS.

Artigo 12. A remuneração a ser paga pelos serviços de saúde, prestados durante o dia de sábado a população rural, será a seguinte:

I. Médico: R\$ 1.255,71 (um mil duzentos e cinquenta e cinco reais e setenta e um centavos), para 12h (doze horas), de segunda-feira a sexta-feira e R\$ 1.443,54 (um mil quatrocentos e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos) para 12h (doze horas), de sexta-feira a noite, sábados, domingos e feriados;
II. Dentista: R\$ 753,46 (setecentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos), para 12h (doze horas), por serviço a ser prestado aos sábados;
III. Enfermeiro: R\$ 531,96 (quinhentos e trinta e um reais e noventa e seis centavos), para 12h (doze horas), por serviço a ser prestado aos sábados;
IV. Auxiliar de Dentista: R\$ 176,68 (cento e setenta e seis reais e sessenta e oito centavos), para 12h (doze horas), por serviço a ser prestado aos sábados;
V. Auxiliar de Farmácia: R\$ 141,85 (cento e quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos), para 12h (doze horas), por serviço a ser prestado aos sábados;
VI. Motoristas: R\$ 154,45 (cento e cinquenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), para 12h (doze horas), por serviço a ser prestado aos sábados;
VII. Técnica em enfermagem: R\$ 179,54 (cento e setenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), para 12h (doze horas), por serviço a ser prestado aos sábados;
VIII. Demais servidores: acréscimo de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal trabalhada pelo período de 12h (doze horas), por serviço a ser prestado aos sábados, domingos e feriados.

§ 1º. Para procedimentos anestésicos realizados em regime de urgência e/ou emergência, ressalvada a ausência do médico anestesta para procedimento eletivo, será paga a remuneração no valor de R\$ 251,15 (duzentos e cinquenta e um reais e quinze centavos) por procedimento realizado.

§ 2º. Para procedimento de transferência de pacientes fora do Município de Jaguariáiva, o (a) médico (a) receberá o valor de R\$ 295,53 (duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e três centavos), como remuneração sem prejuízo do valor referente ao plantão presencial.

§ 3º. Para procedimento de transferência de pacientes fora do Município de Jaguariáiva, o (a) enfermeiro (a) receberá:

I. Percurso entre 80 Km a 200 Km, o montante de R\$ 129,47 (cento e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos);
II. Percurso superior a 200 Km, o montante de R\$ 193,67 (cento e noventa e três reais e sessenta e sete centavos).

§4º. Não será pago pelo procedimento, servidores que forem realizar transferência dentro do limite de sua jornada de trabalho.

§5º. Sobrevivo à distância para o Profissional Farmacêutico-Bioquímico, no valor referente a 1/3 (um terço) do salário base a cada 15 (quinze) dias;

§6º. Sobrevivo à distância para o profissional Técnico em Radiologia no valor referente a 1/3 (um terço) do salário base a cada 10 (dez) dias;

§7º. Sobrevivo à distância para o profissional motorista da Ambulância UTI no valor referente a 1/3 (um terço) do salário base, a cada 15 (quinze) dias;

§ 8º Sobrevivo à distância para o profissional instrumentador cirúrgico no valor referente a 1/3 (um terço) do salário base, a cada 15 (quinze) dias.

Artigo 13. A remuneração total do servidor médico não poderá exceder o subsídio mensal, em espécie, do Prefeito Municipal (art. 37 - X da Constituição Federal, art. 69 - XI, da Lei Orgânica Municipal e art. 44 da Lei Municipal nº. 2155/2010 e Acórdão nº. 1027/2007 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – Processo nº. 27393, inciso 1/05 – Revista nº. 162 – págs. 88 a 91 - Acórdão nº. 1807/07 – Pleno Tribunal de Contas do Estado do Paraná – Revista nº. 163 – Processo nº. 512950/07 – págs. 50 a 52).

Artigo 14. As despesas para atendimento do que dispõe este Decreto, correrão à conta de dotações próprias da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, existente no orçamento vigente, suplementado se necessário.

Artigo 15. Este Decreto entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 521/2017, datado de 23 de maio de 2017.

Artigo 16. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 20 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito

HISSASHI UMEZU

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ

Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES

Secretaria Municipal de Saúde

DECRETO n.º. 541/2017

SÚMULA: Nomeia o Conselho Municipal de Saúde, biênio 2015/2017.

O Prefeito Municipal de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 67, incisos IX, X e XI da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Ata da Reunião Ordinária n.º. 112/2015, datada de 24 de setembro de 2015.

DECRETA

Artigo 1º. Fica instituído para o biênio de 2015/2017, o **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CONSAÚDE**, o qual será composto pelos seguintes membros:

- **Presidente:** CAROLINE DE AZEVEDO FANHA STALHSCHMIDT, brasileira, Dentista, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 6.485.363-5-5 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 028.578.909-07;
- **Vice-presidente:** TALITA BELIZE BUENO DE SOUZA, bacharel em psicologia, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG 8.395.750-6 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 052.599.619-27, CRP nº. 08/17212;
- **1º. Secretário:** SIMONE LEITE CUNHA, brasileira, casada, Servidora Pública Municipal, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 3.957.269-9 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 544.145.399-00;
- **2º. Secretário:** ALAOR BOELITZ, brasileiro, casado, Pastor, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 780.018 SESP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº. 419.035.109-10.

Artigo 2º. Os serviços prestados em decorrência deste Decreto, serão sem ônus para o Município, sendo considerados de caráter relevante e de interesse público (artigo 4º da Lei Municipal nº. 2155/2010).

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na presente data, produzindo efeitos retroativos a 24 de setembro de 2015.

Artigo 4º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito

HISSASHI UMEZU

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ

Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES

Secretaria Municipal de Saúde

Republicado por incorreção.



PROCURADORIA GERAL



PODER JUDICIÁRIO
JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA
CARTÓRIO DO CÍVEL E ANEXOS
ROSANIE APARECIDA DE BARROS
TITULAR
ADRIANE XAVIER DA SILVA
E. JURAMENTADA

“Edital de **CITAÇÃO** DOS RÉUS EM LUGAR INCERTOS E EVENTUAIS INTERESSADOS COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.”

A DOUTORA **PAULA MARIA TORRES MONFARDINI**, JUIZA DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA ESTADO DO PARANÁ, na forma da Lei, etc....

F A Z S A B E R, a quem o conhecimento desde couber e a quem interessar, possa de que por este juízo, se processam os autos de **USUCAPÍAO**, autuado sob nº **000112-81.2017.8.16.0100** em que figura como autor **LOURIVAL DE SOUZA** e para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância mandou a MM. Juíza de Direito, que expedisse o presente edital para a **C=I=Te=A=C=A=O** dos confrontantes do imóvel usucapiente sendo eles: **MIGUEL SALIM, ANTONIO RAYMUNDO LIMA, ACIR FELIX DA SILVA**, e ainda **MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA**, e dos réus incertos e não sabidos e demais interessados, bem como dos confinantes e confrontantes ou seus herdeiros ou sucessores e suas respectivas esposas e esposos, para que apresentem resposta querendo no prazo de **15 (quinze) dias**, ao pedido de usucapção do imóvel usucapiente constante de: **“Imóvel urbano localizado na Rua Quintino Bocaiuva, Quadra F, Lote 015, Bairro Jardim Aldo Ribas, Cidade de Jaguariáiva - PR e mede 368,1948 m2 (trezentos e sessenta e oito virgula dezenove metros quadrados)**, ficando desde logo os interessados incertos, desconhecidos e não sabidos, advertidos de que se não contestada a presente ação, presumir-se-ão, como aceitos e verdadeiros os fatos articulados pelos autores - art. 246 do NCPC e que no prazo para contestação começara a fluir a partir da publicação do presente edital, sendo que eventual contestação deverá ser apresentada através de advogado legalmente constituído. E para que chegue ao conhecimento de toso mandou expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume do Fórum local, e publicado na forma da Lei. Cumpra-se. Dado e passado, nesta cidade de Jaguariáiva, estado do Paraná, aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete. a) Paula Maria Torres Monfardini, Juíza de Direito.